

Seguros e Pensões: Motor do Desenvolvimento Económico

O setor segurador e dos fundos de pensões possui características particulares diferenciadas e, por isso, tem uma regulação especial, intensa e complexa, tanto no plano da supervisão como no plano das relações contratuais. No nosso país, a atividade tem tido um tratamento específico, com uma regulação própria, emanada pelo ISP enquanto Autoridade de Supervisão de Seguros e dos Fundos de Pensões, com respeito pelas Diretivas de harmonização comunitária.

Nos últimos anos, com a crise, muitos países e setores tiveram a oportunidade de aprender muitas lições que lhes servirão para no futuro não cometerem os mesmos erros. Os países que melhor resistiram foram aqueles onde as instituições e os cidadãos possuíam uma melhor posição financeira em relação à poupança. No nosso país, o setor segurador e dos fundos de pensões deu provas do que acabamos de afirmar. Os ativos sob gestão são de 63 mil milhões de euros - as suas poupanças - onde cerca de 80 por cento destes montantes estão investidos nos mercados financeiros, a financiar a economia e o desenvolvimento económico.

Também temos andado às voltas com a sustentabilidade do sistema de pensões, outro importante pilar onde a poupança financeira é imprescindível. É importante perceber que a pensão de reforma com base no sistema de repartição, a pensão pública, não é poupança, mas sim um modelo de solidariedade intergeracional, em que os descontos feitos pelos trabalhadores no ativo servem para pagar as pensões dos atuais reformados e não para capitalizar para a sua eventual reforma futura.

Perante este cenário, como se comportou o setor segurador? Em 2013, cresceu 20,2 por cento, manteve níveis de solvência acima dos 200 por cento e apurou resultados líquidos superiores a 650 milhões de euros. Fundamentalmente porque o trabalho de casa foi feito, antecipando a crise com uma gestão prudente dos recursos que tinha à sua disposição e cumprindo todos os compromissos com os seus clientes, sem precisar de ajudas públicas do Estado.

A importância dos seguros está muito ligada ao peso da atividade seguradora nas economias modernas. A sua importância, além de mais, é um dos indicadores que com maior fidelidade descrevem o comportamento de uma economia assim como o grau de sustentabilidade do seu crescimento.

A missão do seguro na proteção das pessoas e empresas é a de dar cobertura aos eventos incertos que podem por em risco, entre outros, a sua saúde ou o seu património, compensando-os pelas consequências económicas que se observariam no caso de terem lugar esses eventos.

Também os seguros representam uma poupança a longo prazo e uma possível maior capacidade de despesa futura – devido à componente psicológica de segurança económica – para as famílias ou empresas.

Por outro lado, o seguro protege o conjunto da economia de eventos que são incertos, facilitando o crescimento sustentável da atividade e imunizando-a contra certos riscos e, entre muitos outros efeitos adicionais, permitindo que a poupança que canalizam as entidades de seguros tenha como destino o financiamento de investimentos reais a longo prazo, alimentando além disso um maior movimento de capitais capazes, por exemplo, de inclinar favoravelmente a balança de pagamentos.

Por último, todas estas abordagens redundam no conceito do seguro como mecanismo de proteção e segurança face a eventos de carácter incerto, potencialmente danosos e de rutura da continuidade vital e produtiva, e na sua função de preservação, redistribuição e crescimento da riqueza a longo prazo.

José Figueiredo Almaça

Presidente do ISP - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões